

NOTA DE ESCLARECIMENTO IV

ÀS EMPRESAS INTERESSADAS NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019

Torno público a todos os interessados em participar do Pregão Eletrônico nº 001/2019, o Pedido de Esclarecimentos encaminhado por Licitante, em 13 de março de 2019, através do e-mail divcom.dgaf@gmail.com, acerca do item 12.5.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2019, bem como os respectivos esclarecimentos prestados.

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:

- 1) Quanto à relevância do item 12.5.1.

ESCLARECIMENTOS PRESTADOS:

- 1) Em que pese a intempestividade do esclarecimento solicitado, conforme o prazo previsto no item 1.5 do Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2019, acolho o pedido e informo que o texto do item 12.5.1 deriva de imposição legal da lei geral de licitações, bem como do Decreto RJ nº 40.500/2007, que obriga a observância das Minutas-Padrão para licitações no Estado do Rio de Janeiro. Sublinhe-se que a Lei Federal nº 8.666/93 determina a exigência da qualificação técnica:

Lei nº 8.666/93:

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:
(...)

II - qualificação técnica;

E, limita a exigência de qualificação técnica, nos termos do art. 30 da mesma lei:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações

e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

O texto do item 12.5.1 decorre, portanto da lei e da Minuta-Padrão do Edital do Pregão Eletrônico para serviços P-05/11 da Procuradoria Geral do Estado – PGE/RJ, aprovada pela Resolução PGE/RJ nº 3.055 de 02/12/11 e suas alterações. A PGE/RJ é o órgão central do sistema jurídico do Estado do Rio de Janeiro, responsável pela padronização das minutas, cuja observação é cogente para toda a Administração Pública estadual, nos termos do Decreto RJ nº 40.500/2007.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2019.



BÁRBARA ONDEZA
PREGOEIRA